

“A CIDADE DOS RICOS E A CIDADE DOS POBRES”, DE BERNARDO SECCHI

Resenha de: SECCHI, Bernardo. *A cidade dos ricos e a cidade dos pobres*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020. 97 p. [recurso eletrônico]

Robson de Araújo Filho¹

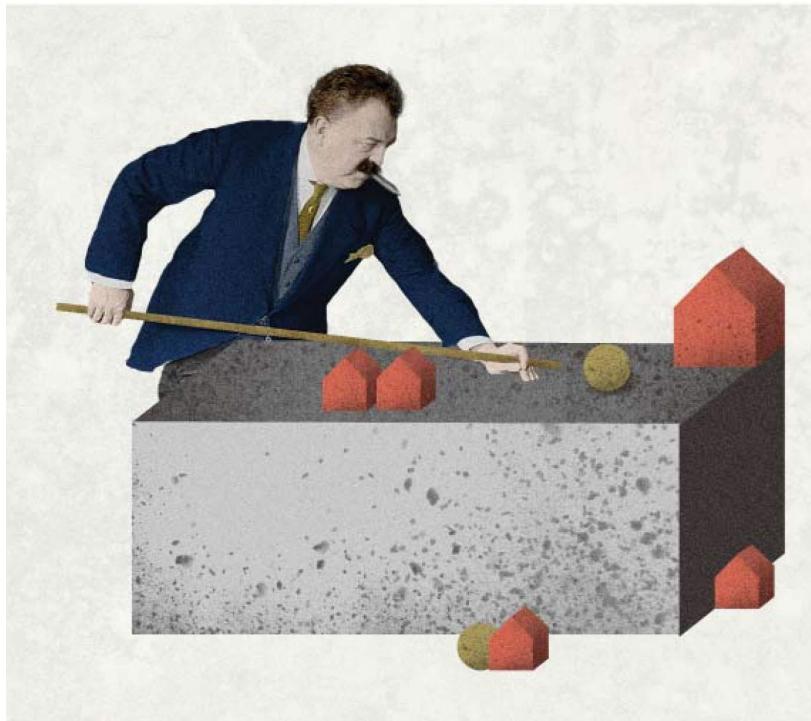
lattes.cnpq.br/0941130331984262
orcid.org/0000-0001-7982-1319

Última obra do consagrado urbanista italiano Bernardo Secchi, o livro “A cidade dos ricos e a cidade dos pobres” foi publicado originalmente em 2013 (apenas um ano antes de sua morte). Em fevereiro daquele ano, Secchi visitou o Brasil, que vivia um cenário econômica e politicamente mais otimista com os preparativos para os eventos esportivos

Nr.4
aut-aut

de 2014 (Copa do Mundo de Futebol) e 2016 (Jogos Olímpicos), e as grandes manifestações que ocorreriam em junho, com sua pauta essencialmente urbana, não estavam no horizonte. Porém, como relata Roberto Andrés na introdução à edição brasileira, Secchi já não corroborava as grandes expectativas positivas para as metrópoles brasileiras. De fato, ele demonstra, no livro e em entrevistas por ocasião de uma visita anterior ao Brasil² em 2010, uma visão equilibrada sobre o papel da arquitetura e do urbanismo na melhoria da qualidade de vida nas cidades, longe dos arroubos dos grandes planos.

No Brasil, a tradução, de Renata de Oliveira Sampaio, foi publicada em 2019 em versão impressa³ e em 2020 em livro digital, pela Editora Âyiné, tornando-se apenas a terceira obra do autor disponível em



¹ Mestre em Fronteiras e Direitos Humanos (UFGD). Doutorando em Geografia (UFGD). Professor efetivo nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Edificações, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Jardim. E-mail: arqrobsonfilho@gmail.com.

² CARVALHO, M. C.; GALVÃO, V. Q.. Entrevista: Bernardo Secchi. Folha de São Paulo. São Paulo, 19 abr. 2010.

Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1904201008.htm>. Acesso: 25 nov. 2021.

³ SECCHI, Bernardo. *A cidade dos ricos e a cidade dos pobres*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2019. 115 p.

português⁴ (de um total de mais de dez livros escritos por ele desde a década de 1960).

Trata-se de uma obra pouco extensa⁵, não obstante, contém nove capítulos com grande densidade de conceitos e embasamento em vasta bibliografia, com 130 notas (algumas citando mais de uma obra para consulta), sem que a leitura se torne, no entanto, confusa ou sequer maçante. A linguagem de Secchi e a tradução de Sampaio resultam em um texto acessível, apropriado para os diversos níveis acadêmicos.

O cerne do livro é a proposição de que as desigualdades sociais constituem um aspecto central da “nova questão urbana” (expressão cunhada pelo próprio autor), que emergiu face à atual (e prolongada) crise do capitalismo e das questões ambientais, bem como a mobilidade urbana. Diferentemente daqueles que não veem na urbanística o papel de combate a tais desigualdades, Secchi afirma que ela tem “responsabilidades fortes e precisas em relação ao agravamento das desigualdades sociais e que o projeto da cidade deve ser um dos pontos de partida de toda e qualquer política que vise à eliminação ou ao combate dessas desigualdades” (p. 9).

Secchi também postula uma nova visão sobre as relações entre economia, sociedade e território, em que este não é simplesmente um reflexo da sociedade, tampouco a sociedade é meramente um espelho da economia. Ao negar isso, a urbanística perdeu oportunidades para melhores políticas públicas.

Em *A nova questão urbana*, Secchi retoma a atualidade das desigualdades sociais, que experimentaram um período de redução, mas, desde as últimas décadas do século passado, vêm recrudescendo. Nas áreas metropolitanas (o livro tem um perceptível foco nas metrópoles dos países do capitalismo central), as injustiças sociais se materializam em injustiças espaciais – o que pode, sem grande esforço, ser observado também em cidades de outros portes e dos países periféricos. Esta seria “a questão” do atual cenário mundial, como o foram a “questão da habitação” na formação da industrialização, e o “direito à cidade”, tal como o formularam Henri Lefebvre, Manuel Castells e Michel de Certeau a partir do fim da década de 1960. Isso porque a questão urbana (cada vez com novos conteúdos) é sempre central quando mudam as estruturas da economia e da sociedade, o que ocorreu na Revolução Industrial e no *Welfare State* do pós-guerra.

No capítulo *Economia, sociedade e território*, deparamo-nos com a interrelação entre questões políticas – econômicas e sociais – e o espaço. Tal observação, embora trivial, é escamoteada em muitos projetos e planos para a cidade e o território, “negando a dimensão discursiva do projeto e das políticas urbanas” (p. 22). Mas o espaço (produto social), afirma Secchi, não é mero receptáculo da ação humana, ele também se apresenta como força, tanto de resistência quanto de criação.

Adiante, a obra retomará as dimensões de riqueza e pobreza (*Ricos e pobres*). Embora possam ser definidas de maneiras diversas, fica claro que não podem ser entendidas somente através de indicadores, configurando-se em verdadeiros fenômenos sociais multifacetados, que implicam desde a cidadania e os direitos (ou a falta deles) aos capitais cultural, social, econômico e espacial. Há que se notar que rico e pobre não são categorias especulares: “o que define a riqueza não define a pobreza por sua ausência” (p. 26). Atualmente, em teoria, tornar-se rico é algo a que todos podem aspirar, bem como é possível deixar de sê-lo (o que distingue esta sociedade das antigas formas aristocráticas). Nota-se, contudo, um arsenal de medidas dos ricos para se distinguir e distanciar dos pobres, com estratégias espaciais e discursivas.

O medo aos pobres e diferentes (e a intolerância que dele deriva) é retratado na quarta parte (*Estratégias de Exclusão*), que aborda a retórica da segurança como suporte de

⁴As outras são “Primeira lição de urbanismo” (2000) e “A cidade do século XX” (2009), ambas pela Editora Perspectiva.

⁵Na impressão, o livro tem 115 páginas, enquanto o e-book tem 97. Este texto se baseia, inclusive para citações, na versão digital.

dispositivos excludentes cada vez mais presentes, desde aqueles eminentemente espaciais (como muros e câmeras) àqueles essencialmente normativos (leis sanitárias, estatutos). O autor defende que na história da cidade e do território tais dispositivos pouco mudam, se comparados aos diferentes sentidos atribuídos ao seu uso e simbologia. Porém, tais artefatos são sempre muito mais tolerados “na cidade dos pobres” do que na dos ricos. A história da cidade e do território, argumenta, destina pouca atenção a esses dispositivos.

Nos dois capítulos seguintes, *Ricos e Pobres*, Secchi destacará as políticas de distinção praticadas contra os pobres pela classe média e a burguesia. Quando este grupo emerge, a casa e a cidade têm seu *status* transformado. A residência se torna mais importante, um microcosmo nuclear-familiar a salvo do impuro e imoral mundo exterior – onde trabalho e cidade se encontram. A moradia, então, volta-se para os valores de privacidade, conforto e decoro. Os lugares de sociabilidade também são afetados. É neles que a burguesia “se define como classe e constrói, nos termos de Pierre Bourdieu, o próprio capital social e cultural. A Paris haussmanniana, assim como a Londres vitoriana, as áreas da rua Ring de Viena e um pouco mais tarde a Milão burguesa do Beruto são uma representação plástica desse fenômeno” (p. 42).

A partir de meados do século XX, todavia, os ricos não mais se contentarão com serem apenas reconhecidos, e julgarão necessário separar-se. Isto será mais notável, afirma o autor, nas Américas, de modo mais acentuado conforme se caminhe ao sul, com a presença cada vez mais frequente das chamadas *gated communities*. Ele destaca os condomínios fechados brasileiros, principalmente os Alphaville, que em alguns casos se tornaram “verdadeiras cidades novas com uma população que pode superar, em alguns casos, 100 mil habitantes” (p. 43). No modelo brasileiro, estadunidense ou argentino, a referência mais frequente é o chamado *new urbanism*, modernista nos princípios e populista na linguagem estética. Esta prática constitui, portanto, o capital espacial dos ricos dos Estados Unidos e da América Latina.

Embora inserida na lógica urbana, “A *gated community* é a negação da cidade, mas se torna, junto das favelas e dos bairros pobres que inevitavelmente as acompanham, a representação espacial do caráter da nova sociedade e de sua política de distinção ou, em outras palavras, de inclusão/exclusão” (p. 46). Mais do que isso, são um Estado no Estado, um território onde os ricos constroem e pactuam suas próprias regras, parte das estratégias de distinção. Entre as duas cidades, entre condomínios e favelas, prolifera a cidade dispersa, também manifestação do individualismo e da alienação, com frequência lançando mão de um *design* espacial que remete ao mundo natural, e onde os estilos de vida de cada um, idiorrítmicos, podem se desenvolver. Restará aos pobres e imigrantes o centro da cidade ou determinados bairros dela. No caso europeu, segundo Secchi, a dispersão é uma busca por um *welfare* positivo (p. 54), diferente do *sprawl* que caracteriza os subúrbios norte-americanos, dominados pela ideia de distinção racial, étnica e econômica.

Como reação, cidades como Antuérpia buscaram implantar medidas que tornam a cidade mais “porosa”, a fim de que grupos sociais utilizem, juntos, os espaços e equipamentos públicos. Em contraste, A Grande Paris se tornou um “caleidoscópio”, onde enclaves resultantes de políticas de infraestrutura e urbanísticas, e delimitados por barreiras, isolam-se do resto da cidade.

No sétimo capítulo, *Um mundo melhor é possível*, o autor resgata a importância das políticas de *welfare* dentro da prática urbanística, ou, em outras palavras, a noção de que o urbanismo europeu buscou ser uma versão espacial do *welfare*, em oposição à lógica estadunidense, com resultados positivos para uma (ainda) menor desigualdade social na Europa em comparação com os Estados Unidos. Nesse sentido, a prática urbanística europeia aplicou com mais afinco os princípios de bem-estar social do que os próprios

governos. A provisão a todos, indistintamente, dos serviços sociais básicos, reduziu as desigualdades sociais na Europa Ocidental durante os “trinta gloriosos”, os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. Rumo ao esgotamento desse ciclo, percebeu-se que o *welfare* e sua contraparte urbanística haviam acarretado a fragmentação das práticas espaciais na cidade, que se organizava conforme uma divisão do trabalho específica.

A tradição europeia, penúltimo item da obra, assinala diferenças entre a urbanística do velho mundo e aquela praticada nas Américas, onde a busca da separação e a exclusão se apresentam de forma mais pronunciada. Embora os enclaves parisienses e a cidade difusa na Bélgica se constituam em casos notáveis, de modo geral o caso europeu se constitui em um esforço, pelo menos entre o fim do século XIX até boa parte do século XX, de integração dos excluídos, em um contexto no qual as divisões eram marcadamente de classe social e renda, mas, até então, não pronunciadamente étnicas e raciais, como ocorreu nos EUA. Este panorama se alteraria com os movimentos migratórios na Europa, que abalaram a suposta homogeneidade étnica. Sem se reconhecer no *outro*, os europeus se tornaram menos aderentes às políticas de redistribuição e *welfare*, e mais receptivos a elementos de outras tradições urbanísticas, em que a segregação era prática mais difundida. Em outras palavras, o medo dos pobres, dos estrangeiros, das diferentes etnias e religiões, e a consequente ascensão da retórica da segurança, contribuíram para o fim, ou a erosão, das políticas de bem-estar social na Europa e de suas aplicações urbanísticas.

Por fim, o capítulo *Desigualdade social, questão urbana e crise* encerra a obra, retomando teses anunciamas no Prefácio. Secchi destaca como as crises são recorrentes no mundo ocidental, e como, naquelas de maior importância, emergia não apenas um novo mundo, como também uma nova questão urbana. São mudanças na estrutura espacial, na imagem, no conteúdo, nos símbolos. Como exemplo, tem-se a crise da cidade do *ancien régime*, que deu lugar à cidade moderna, mediada pela “questão da moradia”. A resposta europeia no século XIX era a Paris haussmanniana, distinta da cidade vertical estadunidense materializada em Nova York. Mas a cidade é um palimpsesto, um acréscimo de novas formas a tecidos e práticas existentes, que formam arranjos únicos conforme a história e o território em cada cidade. As desigualdades sociais estão no centro das questões urbanas, e talvez não sejam o resultado das crises, mas suas causas. No capitalismo, o consumo tem papel central no desenvolvimento, e o consumo dos ricos não foi, nem nunca será, capaz de garantir o crescimento econômico. “Nenhuma economia cresceu simplesmente graças à produção de bens de luxo, e ao mesmo tempo o progresso tecnológico permitirá que o aumento da produção seja acompanhado da diminuição da força de trabalho” (p. 84), diz Secchi, enunciando a contradição que se apresentava.

Uma nova fase de acumulação capitalista se desenvolve a partir dos anos 1970, em todo o planeta, com a financeirização das economias e a formação de mercados. A redistribuição espacial da produção e da riqueza tem como consequência a redistribuição da população pelo mundo. Isso acarretou a aceleração da urbanização na América Latina, Japão, China, Índia e alguns países africanos, e deixou uma marca de desemprego e dificuldade nos países que haviam vivenciado o *welfare state*, de onde se deslocou parte da produção em busca de maior lucratividade.

No fim do século XX, a cidade, tida como “espaço da integração social e cultural por excelência”, tornou-se um instrumento “potente de suspensão de direitos individuais e da coletividade”, com a associação da ideologia do mercado à retórica da segurança (p. 85). Desde o fim dos anos 1930 nos EUA (ainda no contexto de recessão), pondera Secchi, considera-se a cidade como espaço vital para a recuperação econômica. Isto ainda é

verdadeiro hoje e, para evitar a repetição dessas recessões, deve-se considerar a redistribuição da riqueza, a fim de formar uma demanda que impulsiona a economia, em um contexto no qual há cada vez menos atividades e teremos de repensar modos de garantir o pleno emprego. Os gastos públicos nos principais Estados europeus devem passar a considerar os problemas ambientais e de acessibilidade, e promover a porosidade e permeabilidade dos grupos pela cidade e pelo território.

Pode-se dizer, contudo, que são problemas já há muito tempo debatidos, sem que avanços significativos se concretizem. Mas Secchi insiste, com razão, que se deve reduzir as desigualdades espaciais e aprofundar a democracia. Para tanto, as diversas áreas da ciência devem voltar a dialogar: urbanistas, geógrafos, economistas, sociólogos, botânicos, engenheiros. Com este ideal, corroborado pelos grandes nomes que compõem a extensa bibliografia de “A cidade dos ricos e a cidade dos pobres”, Bernardo Secchi encerra e coroa sua última contribuição aos estudos urbanísticos.